



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Lobbying na regulação contábil: um estudo bibliométrico nos principais periódicos internacionais no período de 2002 a 2015

Elayne Patrícia Ribeiro de Santana Azevedo

Universidade Federal de Pernambuco

Andreza Cristiane Silva de Lima

Universidade Federal de Pernambuco

Márcia Ferreira Neves Tavares

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Diante da influência existente no processo de elaboração, edição e emissão de normas contábeis, o principal objetivo desse estudo foi analisar o nível de consonância entre as pesquisas científicas sobre a atividade de *lobbying* na regulação contábil, presente nos principais periódicos internacionais, no período de 2002 a 2015. Para isso, a pesquisa foi realizada com base no método *Systematic Search Flow*, com a busca dos estudos científicos nos principais periódicos internacionais, publicados nas plataformas *Scopus*, *Web of Science*, *Scielo* e *ProQuest*, utilizando as palavras chaves “*Lobby*”, “*Lobbying*” e “*Accounting*”, no período de 2002 a 2015 e com os idiomas em inglês e português. Em seguida, houve uma estratificação, excluindo os artigos duplicados das plataformas e os que não se referiam a *lobby/lobbying* no âmbito da regulação contábil. Os resultados identificados foram baseados na amostra composta por 43 artigos e segregados em duas categorias. A primeira trata de uma análise geral com as seguintes conclusões: O maior número de publicações foi realizado em 2015; o Reino Unido é o país com a maior quantidade de publicação sobre o tema; O autor Georgiou G. publicou a maior quantidade de artigo; e, “*Accounting, Auditing and Accountability Journal*” foi o periódico mais publicado. A segunda categoria dos resultados trata da análise textual, concluindo que “*Lobbying*” é a palavra-chave mais utilizada; a metodologia predominante foi a análise de cartas comentários; o estudo de Sutton (1984) destacou-se por ter sido o mais referenciado; e o principal resultado dentre os estudos expõe que as grandes empresas tendem a liderar o *lobbying* sobre a regulação contábil, visando influenciar o normatizador com o propósito de obter uma norma que atenda aos seus interesses.

Palavras chave: *Lobbying*. Regulação Contábil. Bibliometria.

1. Introdução

A regulação contábil foi intensificada após a Grande Depressão de 1929, nos Estados Unidos, sendo atrelada às consequências do cenário econômico da época e sobre a necessidade da intervenção do Estado na economia. Em livros sobre a teoria da contabilidade, não são muito discutidas as teorias sobre regulação, muito menos como tais teorias se aplicam à regulação da contabilidade; no máximo discorrem comentários sobre o movimento regulatório (normalmente, estadunidense), numa abordagem histórica (Cardoso, Saravia, Tenório, & Silva, 2009).

Enquanto isso, no âmbito nacional e internacional, as publicações de *papers* sobre a regulação contábil constataam uma atividade política e participativa no processo normativo, com a atividade de *lobbying* realizada por diversos indivíduos, influenciando o resultado desse processo (Carmo, 2014). No Brasil, as pesquisas evidenciam a ação coletiva de grupos de interesse sobre o processo de normatização contábil (por exemplo, Cardoso *et al.*, 2009; Carmo, 2014; Tavares, 2016; Tavares *et al.*, 2014) como também discorrem sobre a participação das empresas do setor



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

privado nas práticas de *lobbying*, como encontrado em Moraes dos Santos & dos Santos (2014) e Silva, Tavares, Anjos, Lopes, & Silva (2015).

No âmbito internacional, Watts & Zimmerman (1978) foram os precursores do tema ao tentar explicar a determinação de padrões contábeis, a partir de uma abordagem positiva, com o intuito de investigar sobre as perspectivas dos gerentes das corporações estarem dispostos a gastar recursos tentando influenciar o processo normativo contábil. Posteriormente, Sutton (1984) desenvolveu um modelo teórico de custo/benefício com o objetivo de explicar quando um interessado (ou grupo de interesse) participaria do processo de *lobbying* junto à regulação contábil. Nesse mesmo aspecto, Hansen (2011) investigou o efeito do *lobbying* sobre a elaboração dos processos normativos do IASB, no período de 2002 a 2004, e detectou que o sucesso de *lobbying* está positivamente relacionado com a capacidade do lobista em fornecer informações ao IASB; no entanto, esse sucesso depende da sua credibilidade perante o normatizador.

Por sua vez, Ordelheide (2004) expõe que, para a análise da regulação contábil é mais adequado entender: (1) a contabilidade como um conjunto de mecanismos dedicado à redução da assimetria informacional; (2) ao delineamento de incentivos; e (3) a estruturação e sinalização de mecanismos de avaliação de desempenho. Todavia, pesquisadores como Bushman & Landsman, (2010); Carmo (2014); Kothari, Ramanna, & Skinner (2010) e Leuz & Wysocki (2008) certificam que pesquisas sobre os fatores que influenciam a regulação contábil nos mercados globais e pesquisas sobre as forças políticas que afetam o processo regulatório são escassas e pouco exploradas. Diante desses apontamentos, a presente pesquisa se norteia pela seguinte questão problema: **Qual o nível de consonância entre as pesquisas científicas, sobre o *lobbying* na regulação contábil, publicadas nos principais periódicos internacionais, no período de 2002 a 2015?**

Considerando que existe influência no processo de elaboração, edição e emissão das normas contábeis, o objetivo geral desse estudo é analisar, por meio de bibliometria, a consonância entre as pesquisas científicas sobre a atividade de *lobbying* na regulação contábil, publicadas nos principais periódicos internacionais, entre o período de 2002 a 2015.

As produções científicas nas ciências contábeis têm sido alvo de pesquisadores que buscam analisar e caracterizar como estão sendo desenvolvidos e difundidos determinados assuntos, sendo eles apresentados em eventos ou em periódicos científicos (Splitter, 2012). Esses tipos de estudos são denominados bibliométricos e, segundo Leite Filho (2008), os indicadores de desempenho bibliométricos são bons para a avaliação das pesquisas acadêmicas e, de modo geral, apresentam orientações estratégicas para os financiamentos das pesquisas em qualquer área.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa justifica-se por três motivos: a) diante da relevância em abordar as participações e as influências na regulação contábil, no âmbito internacional; b) na realização do agrupamento das pesquisas no período de 2002 a 2015, extraídas dos principais periódicos internacionais, com vieses sobre o “*lobbying* na contabilidade”; e c) trazer contribuição acerca da análise de conteúdo, por meio do estudo bibliométrico, sobre um tema pouco explorado no Brasil, visto que, as pesquisas bibliométricas nas diversas áreas contábeis, abordam sobre: a Contabilidade Internacional (Ikuno & Niyama, 2015; Prather-Kinsey & Rueschhoff, 2004); Contabilidade de Custos (Cardoso, Pereira, & Guerrero, 2004); Contabilidade Gerencial (Hülle, Kaspar, & Möller, 2011); Contabilidade da Gestão Ambiental (Nascimento, Santos, Salotti, & Murcia, 2009; Schaltegger, Gibassier, & Zvezdov, 2013); Ética (Uysal, 2010); Contabilidade Pública (Roza, Machado, & Quintana, 2011); Perícia Contábil (Schmitz, Dos Santos, Dallabona, Truppel, & Truppel, 2013), mas a bibliometria no âmbito da regulação contábil ainda é uma lacuna na qual esta pesquisa se propõe a preencher.



Todavia, identificou-se o estudo de Carmo, Ribeiro, & Carvalho (2016) no qual objetivou apresentar e discutir o arcabouço teórico e empírico das pesquisas sobre o *lobbying* na regulação contábil, por meio de uma investigação aprofundada dos autores. No entanto, esta pesquisa difere do estudo citado no que tange a metodologia, pois os autores seguiram a classificação proposta por Durocher, Fortin, & Côté (2007) e limitaram suas análises em duas linhas teóricas: (1) os incentivos e características dos lobistas; e (2) a efetividade da ação de *lobbying*; não sendo nosso objeto de estudo restringir a amostra quanto aos vieses expostos, mas sim, identificar todos os campos de pesquisa possíveis sobre o tema, publicados nos principais periódicos internacionais.

Em termos estruturais, esta pesquisa se divide em cinco seções, ao começar pela introdução aqui apresentada. Na segunda seção consta a fundamentação teórica, na qual demonstra o aporte teórico necessário às discussões. Em seguida, tem-se a metodologia, com os procedimentos que tornaram a pesquisa possível; na quarta seção apresenta-se os resultados com as discussões correlacionadas; e por fim, na quinta seção estão evidenciadas as considerações finais, a limitação do estudo, bem como as propostas para pesquisas futuras.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Definição de *lobbying*

O *lobbying* é a ação de influenciar o tomador de decisão por meio da atuação persuasória sobre o poder constituído, seja ele público ou privado (Lodi, 1986). No entanto, Kothari *et al.*, (2010) defendem que o *lobbying* não é uma atitude ilegal ou imoral, pois é considerado um meio pelo qual o regulador se mantém informado sobre as práticas adotadas pelas empresas.

Além disso, o *lobbying* também é visto por Watts & Zimmerman (1978) relacionado com os custos políticos na ação dos gestores, junto aos órgãos normatizadores, com a análise sobre os custos e benefícios auferidos no ato das suas ações com a intenção de influenciar o processo de normatização contábil.

Nessa discussão, Silva *et al.* (2015) conceitua o *lobbying* como uma forma de persuasão, comunicação ou debate com o intuito de direcionar a “tomada de decisão” sobre determinado assunto abordado, no âmbito público ou privado, visando gerar benefícios para grupos de opressão e/ou indivíduos paralelos que fazem parte do meio no qual tal atividade é exercida. Em resumo, é o ato de persuadir algo ou alguém galgando uma tomada de decisão favorável aos interesses próprios ou de grupos de pressão.

A prática de *lobbying* encontra-se vinculada aos grupos de interesse e associações que visam objetivos econômicos. No Brasil, tal fato relaciona-se com a atuação predominante do Estado na economia, tornando o *lobbying* um dos principais instrumentos do poder público, como meio de levar informações concretas das demandas de determinados segmentos da sociedade aos entes da administração pública (Carmo, 2014).

Nesse aspecto, as normas contábeis possuem importantes efeitos, gerando benefícios e custos que podem não ser suportados pelos entes econômicos, e, portanto, é natural que os interessados e afetados por esse processo se mobilizem para tentar influenciar os normatizadores e, assim, obterem benefícios ou evitarem seus custos, tornando o processo mais político do que técnico (Carmo, 2014). Diante disso, busca-se apresentar como decorre o processo de *lobbying* no âmbito da regulação contábil.

2.1.1 *Lobbying* na regulação contábil

O início da regulação contábil está atrelado, principalmente, ao período econômico vivenciado nos Estados Unidos, após a Grande Depressão de 1929, sendo, portanto, sua raiz teórica atrelada às teorias desenvolvidas no âmbito das Ciências Econômicas, dentre as quais procuram



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

explicar o comportamento do regulador a partir dos incentivos advindos de grupos de interesse; e abranger as razões pelas quais deveria existir intervenção do Estado no mercado (Tavares, 2016).

Inicialmente Pigou (1932) afirma que objetivo do regulador é maximizar o bem-estar da sociedade como um todo e, para tanto, ele sempre agirá em prol dos melhores interesses; além disso, a regulação ocorrerá sempre que os benefícios sociais atribuídos forem maiores que seus custos. Entretanto, Fiani (1998) afirmou que só a partir da Teoria do Interesse Público (TIP) foi possível que a teoria econômica tratasse de maneira formalizada a intervenção do Estado na economia, pois até então os trabalhos de Adam Smith negavam a necessidade dessa intervenção.

A TIP parte da premissa que os mercados econômicos são extremamente frágeis e aptos a operar ineficientemente ou injustamente, caso funcionem sozinhos. Por isso, os mercados seriam imperfeitos e a regulação seria uma resposta do Governo para as demandas públicas, com o propósito de retificar as ineficiências e injustiças na operação do livre mercado. Assim sendo, a regulação da contabilidade seria necessária para a correção das seguintes falhas de mercado: (1) as externalidades, ocasionadas pela subprodução de padrões contábeis, por serem um bem não excludente; e (2) a assimetria da informação, decorrente da divergência na informação quanto a qualidade das normas (Kothari *et al.*, 2010; Tavares, 2016).

Posteriormente a TIP foi reformulada, sob a ótica da Teoria Econômica da Regulação, também denominada por Teoria dos Grupos de Interesse, na qual prediz que as agências regulatórias passaram a ser criadas para fins públicos de boa-fé; porém são mal gerenciadas e nem sempre o seu propósito é alcançando (Posner, 1974). O estudo de Carmo, Ribeiro, Carvalho, & Sasso (2012) confirma que nesta nova visão, o regulador, na posição de um ser racional, atua em busca da maximização do bem-estar, mas não por redução de falhas de mercado, e sim, por meio de apoio político, com o intuito de atender a influência dos grupos de interesse que exercerem maior pressão relativa sobre ele.

Os principais formuladores desta teoria, são: Becker (1983), Peltzman (1976), Posner (1974) e Stigler (1971), dentre os quais analisaram a regulação como um produto da relação de diferentes grupos entre si, e, destes com o Estado. Para eles, a regulação não está integralmente em espírito público, mas sim, dentro de uma competição pelo poder, na qual os grupos de interesse exercem influência junto ao regulador, com o propósito das normas assumirem suas preferências (Baldwin, Cave, & Lodge, 2012).

No processo normativo contábil, a pressão desses grupos de interesse é promovida pelos próprios reguladores, por meio de consultas públicas disponibilizadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como pelo seu antecessor, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), ou o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) dos Estados Unidos, ou ainda, o britânico *Accounting Standards Board* (ASB). Esse fato tem sido objeto de diversos estudos internacionais, visto que, os esforços que esses grupos empreendem para promover ou obstruir novas regulações ou influenciar alterações em regulações já existentes, são descritos coletivamente como *lobbying* (Carmo, 2014).

Os percussores em estudar as influências no processo regulatório foram Watts & Zimmerman (1978) ao desenvolverem uma pesquisa sobre: a) a determinação de normas contábeis, buscando um melhor entendimento das fontes de pressão dirigidas ao processo regulatório; b) os efeitos de vários padrões contábeis sobre diferentes grupos de indivíduos; e c) as razões pelas quais alguns grupos estariam dispostos a gastar recursos tentando afetar esse processo. Em geral, os autores afirmaram que, normalmente, as maiores empresas optam por influências de custos políticos e por critérios contábeis que reduzam o lucro. Com isso, o processo de regulação (normatização) contábil é resultado de um processo político, no qual os indivíduos e os grupos competem entre si, tentando influenciar o normatizador para que atenda às suas preferências.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Nessa perspectiva, Sutton (1984) desenvolveu uma teoria na qual prediz que o momento mais efetivo para influenciar os normatizadores é a etapa inicial (sucesso obtido entre a fase de consulta pública do *Discussion Paper* (DP) e a fase do *Exposure Draft* - ED). Assim, o autor analisou as contribuições feitas na ED 18 - Contabilidade a Custo Corrente, concluindo que o grupo de preparadores (contadores que fornecem serviços de contabilidade e de auditoria) apresentou uma maior contribuição.

No entanto, não há um consenso quanto ao momento mais efetivo para influenciar os normatizadores, visto que, o estudo de Georgiou (2004), a partir de entrevistas e questionários, identificou que as empresas concentram suas atividades de *lobbying* nas fases intermediárias de consulta pública, e não na etapa inicial, como previu Sutton (1984). Do mesmo modo, Tavares (2016), com o intuito de identificar, de fato, qual é a etapa do *due process* mais provável de exercer influência sobre o IASB e o FASB, analisou empiricamente esta hipótese com base na IFRS 15 (sobre receitas) a partir dos argumentos expostos nas cartas comentários, enviadas pelos interessados nas consultas públicas. Os resultados sugerem que a variável tempo influencia no sucesso de *lobbying*, sendo que, o momento mais propício para influenciar os normatizadores contábeis também se localiza entre o intermediário e o final, bem como afirma Georgiou (2004).

Em outro aspecto, o estudo de Moraes dos Santos & dos Santos (2014) teve como principal objetivo identificar os fatores determinantes à adoção de estratégias de *lobbying* sobre a regulação contábil no setor petrolífero. Na realização operacional do estudo, utilizaram as cartas comentários enviadas ao IASB e a base de dados da *Evaluate Energy*®, empregando diversas técnicas econométricas. Os resultados indicam que o grupo de interesse formado pelos preparadores das demonstrações financeiras do setor petrolífero possui incentivos econômicos para realizar *lobbying* sobre determinada regulação contábil, como forma de defender seus interesses.

Em suma, Zerk (2006) defende que, o que faz uma regulação dar certo é uma compreensão correta das influências e das pressões que regem o comportamento do regulador e como ele pode ser manipulado para atingir determinada meta (*lobbying*). Portanto, se faz necessário agrupar os estudos que estão analisando as formas de pressão exercidas junto os normatizadores contábeis, com o propósito de identificar as mais variadas formas de *lobbying* e do sucesso auferido pelos grupos de interesse, servindo de suporte aos normatizadores, como também as pesquisas futuras.

2.2 Bibliometria

Por definição, a bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação publicada. A partir deste método, é possível desenvolver modelos e medidas matemáticas para os processos e modelos para a predição e tomada de decisão, de modo que analisa as características dos autores e das fontes de publicação; bem como a base dados e outras fontes de informação, além de analisar as tendências da utilização dessas informações, sendo relevante para sumarizar as pesquisas de determinada área (Ikuno & Niyama, 2015; Tague-Sutcliffe, 1992).

A bibliometria permite o mapeamento, gerando diferentes indicadores do conhecimento científico e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia. Surgiu no século XIX, com a evolução da epistemologia e a partir da necessidade de estudos sobre a avaliação das atividades de produção e comunicação científica, utilizando o método de medição da produtividade de cientistas com a Lei de Lotka, juntamente com a lei de dispersão do conhecimento científico e do modelo de distribuição e frequência de palavras (Araújo, 2006; Splitter, 2012).

Inicialmente era conhecida como “bibliografia estatística”, mas em 1934, com o “*Traité de Documentation*” de Paul Otlet, o termo “bibliometria” surgiu e pode ser útil para os seguintes



indicadores bibliométricos: a) o crescimento do campo da ciência; b) o envelhecimento do campo científico; c) a evolução cronológica da produção científica; d) a produtividade dos autores e das instituições; e) o impacto ou a visibilidade das publicações; e f) para unir a dispersão da produção científica publicadas entre as diversas fontes (Araújo, 2006; Splitter, 2012).

A análise bibliométrica como procedimento auxilia na exploração de padrões estruturais em documentos publicados e proporciona uma medida objetiva da dimensão dos esforços de investigação neste domínio e o impacto das contribuições (Ikuno & Niyama, 2015). Assim sendo, este estudo realiza uma análise de conteúdo dos artigos publicados nos principais periódicos internacionais, no período de 2002 a 2015, com o propósito de verificar as características das pesquisas contábeis na regulação contábil, como também por meio de uma abordagem bibliométrica. Assim, a presente pesquisa possui duas vertentes: bibliométrica-descritiva e epistemológica-descritiva, melhores explicadas na metodologia.

3. Metodologia

3.1 Desenho da pesquisa

A presente pesquisa é caracterizada como mista, uma vez que se busca quantificar e interpretar o fenômeno que se observa, ou seja, analisar os estudos nos principais periódicos internacionais que discorram sobre o tema “*lobbying* na regulação contábil”. E o método utilizado é o bibliométrico, que possui relevância no auxílio a outros estudos, por realizar a medição dos dados pesquisados, traduzindo e agrupando as informações camufladas em pesquisas científicas, obtendo, assim, o benefício do fornecimento de subsídio para o conhecimento e entendimento da produção bibliométrica na área contábil (Splitter, 2012).

3.2 Universo e plano amostral

A pesquisa foi realizada com base no método *Systematic Search Flow*, que segundo Ferenhof & Fernandes (2016) é composto por 3 fases: (1) definição do protocolo de pesquisa (com consulta em base de dados, organização das bibliografias, padronização na seleção dos artigos e composição do portfólio dos artigos); (2) a consolidação e análise dos dados; e, por fim, (3) a síntese e elaboração dos resultados.

A partir disso, realiza-se a busca dos estudos científicos no período de 2002 a 2015, nos principais periódicos internacionais, publicados nas plataformas *Scopus*, *Web of Science*, *Scielo* e *ProQuest*, com abordagens sobre *lobbying* na regulação contábil. A data de corte foi escolhida em 2002 por ser o ano em que os normatizadores (FASB e IASB) celebraram um Memorando de Entendimento (MoU) no qual formalizava a decisão dos *Boards* em juntar esforços para tornar as normas contábeis compatíveis e diminuir as diferenças entre elas (Carmo, 2014).

O universo dos dados compõe-se de 335 artigos, importados para o *software* EndNote versão X5, extraídos das plataformas *Scopus*, *Web of Science*, *Scielo* e *ProQuest*, a partir da busca com as palavras chaves: “*Lobby*”, “*Lobbying*” e “*Accounting*”; nos idiomas em inglês e português e com o filtro entre os anos de 2002 a 2015. Em seguida, houve uma estratificação, excluindo os artigos duplicados das plataformas e os que não se referiam a *lobby/lobbying* no âmbito contábil (ex.: ciências políticas, área de saúde, direito, entre outros), resultando em uma população com 67 artigos que tratavam sobre *lobby/lobbying* no âmbito contábil.

Para a definição da amostra, exportou-se os 67 artigos (população) do *software* EndNote X5 para uma planilha *Excel* da *Microsoft* e realizou-se uma análise de conteúdo em todos os artigos, como forma de identificar quais artigos tratavam apenas sobre *lobby/lobbying* no âmbito da regulação contábil. Como resultado, obtém-se uma amostra de 43 artigos usados nesta pesquisa.

3.3 Critérios para análise de dados



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Utiliza-se para a análise dos dados, os resultados extraídos do *software* EndNote versão X5 e uma planilha em *Excel*, a ser preenchida com a leitura do conteúdo completo do artigo, estruturada com os seguintes campos: autores, ano, título do artigo, palavras-chave, periódico publicado, local do estudo, resumo, metodologia, norma utilizada, fase de consulta pública (caso haja), principais citações, quantidade total de citação, fundamentação teórica e principais resultados obtidos.

Para melhor compreensão dos resultados, dividiu-se a análise de dados em duas categorias: a primeira é a análise geral, composta por: total de publicações por ano; países com artigos mais publicados; total de publicação por autor; lista com todos os periódicos que publicaram os artigos e seus respectivos fatores de impacto, extraído do *Journal Citation Reports* (JCR). A segunda categoria compreende a análise textual, constituída por: palavras-chave; metodologia; fundamentação teórica; principais citações e resultados.

Para avaliação dos periódicos utiliza-se os “Fatores de Impacto” utilizados pela CAPES, desde 2009, que é uma base na qual apresenta indicadores bibliométricos, publicada pelo *Institute for Scientific Information* (ISI) e editada pela Thomson do *Journal Citation Reports* (JCR), reconhecida por avaliar periódicos. O JCR oferece uma perspectiva para avaliação e comparação de periódicos por meio da acumulação e tabulação de contagens de citações e artigos de praticamente todas as especialidades nos campos da ciência.

4. Análise dos Resultados

4.1 Análise geral

Os resultados identificados neste estudo estão baseados na amostra composta por 43 artigos que tratam sobre *lobby/lobbying* na regulação contábil, publicados nos principais periódicos internacionais, no período de 2002 a 2015. A primeira análise, exposta na Tabela 2, indica o total de publicações realizadas sobre o tema, segregadas por ano e suas respectivas porcentagens.

Tabela 2 Total de publicações por ano por ordem decrescente de percentual

Ano	Quantidade de publicações por ano	% de cada quantidade	Total de publicações	% Total
2015	6	13,95%	6	13,95%
2006, 2010 e 2011	5	11,62%	15	34,89%
2005, 2008 e 2014	4	9,30%	12	27,91%
2009 e 2013	3	6,98%	6	13,95%
2007	2	4,65%	2	4,65%
2004 e 2012	1	2,32%	2	4,65%
Total	-	-	43	100%

Fonte: Dados extraídos do *software* EndNote versão X5.

Nota-se que o maior número de publicações foi realizado em 2015 com um total de 6 artigos (13,95%) e, em seguida, têm-se os anos de 2006, 2010 e 2011, com 5 artigos publicados em cada ano e representando 11,63% do total, por ano. Visando identificar qual o país que mais realizou publicações durante esse período demonstrado, têm-se a Tabela 3:

Tabela 3 Países com mais artigos publicados por ordem decrescente de percentual

Países	Quantidade de artigos	% de cada quantidade	Total de artigos	% Total
Reino Unido	11	25,58%	11	25,58%
Estados Unidos	9	20,93%	9	20,93%
Austrália	7	16,28%	7	16,28%
Áustria	3	6,98%	3	6,98%
Alemanha, Brasil, Canadá e Espanha	2	4,65%	8	18,60%



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Arábia Saudita, Bélgica, Inglaterra, Malásia e Singapura	1	2,33%	5	11,63%
Total	-	-	43	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 3, o Reino Unido liderou o *ranking* dos países com a maior quantidade de publicação sobre o tema, no período de 2002 a 2015, com 11 artigos publicados (25,58%). Os Estados Unidos vêm em segundo lugar com 9 artigos (20,93%) e a Austrália em terceiro com a publicação de 7 artigos (16,28%).

Quanto aos dois primeiros países, Zeff (2002) demonstrou preocupação com o processo de pressão política exercidas pelos normatizadores contábeis em oito principais países e alertam a possibilidade do IASB não alcançar o objetivo de produzir normas de qualidade, pelo fato de querer ceder ao *lobby* dos países colaboradores que ajudaram na criação do IASB, portanto, principalmente os Estados Unidos, o Reino Unido e o Canadá, que criaram o *Accountants International Study Group* (AISG) em 1966, a partir da associação de profissionais de contabilidades desses três países, merecem atenção especial na análise do *lobbying* na regulação contábil.

Na sequência, observa-se que dentre os 43 artigos analisados, têm-se um total de 81 autores e coautores. A Tabela 4 demonstra, em ordem decrescente, a quantidade total de artigos publicados por eles.

Tabela 4 Total de artigos publicados por autor

Autores	Total de Artigos
Georgiou, G.	3
Königsgruber, R.	2
Skinner, D. J.	2
Amat, O.; Arce, M.; Arnold, P. J.; Asenova, D.; Banimahd, B.; Batiz-Lazo, Bernardo; Beattie, V.; Beck, M.; Bertomeu, J.; Birt, J.; Blomquist, C.; Borba, Jose Alonso; Brown, A.; Bujaki, M. L.; Chand, P.; Chapple, S.; Chatterjee, B.; Chircop, J.; Cummings, L.; Deegan, C.; Enguidanos, A. M.; Giner, B.; Gipper, B.; Goodacre, A.; Gowthorpe, C.; Haigh, M.; Hochberg, Y. V.; Hodges, R.; Hoffmann, S.; Howieson, B. A.; Ireland, J.; Johnston, D.; Jones, D. A.; Jorissen, A.; Kang, X. H.; Katselas, D.; Kiosse, P. V.; Koh, W. C.; Kosi, U.; Lehman, C. R.; Lombardi, B. J.; Lybaert, N.; Magee, R. P.; Masocha, W.; McConomy, B. J.; Mellett, H.; Messner, M.; Moerman, L.; Mohammadrezaei, F.; Mohd-Saleh, N.; Nlke, A.; Noguchi, Masayoshi; Nurunnabi, M.; Orens, R.; Pawsey, N.; Perry, J.; Ramanna, K.; Reither, A.; Rennie, M. D.; Reuter, M.; Roberts, C. B.; Roberts, R. W.; Rudkin, K.; Sanchez, Horacio Molina; Santos, Arioaldo dos; Santos, Odilanei Morais; Sapienza, P.; Senkow, D. W.; Soonawalla, K.; Stenka, R.; Taylor, P.; Thomson, S. J.; Toms, S.; van der Tas, L.; Vieira, Rafael Tadeu; Vissing-Jorgensen, A.; Weetman, P.; Zülch, H.	1

Fonte: Dados extraídos do *software* EndNote versão X5.

Nota-se que apenas 3 autores publicaram mais de 1 artigo. O autor Georgiou, G. lidera o *ranking*, com 3 publicações no Reino Unido, em 2004, 2005 e 2010. Os autores Königsgruber R. e Skinner, D.J. publicaram 2 artigos (cada) e os demais autores publicaram apenas 1 artigo no período analisado por esta pesquisa.

A seguir, na Tabela 5, é possível observar todos os periódicos (revistas/*journal*) nos quais os autores listados na Tabela 4 publicaram seus artigos, organizados em ordem decrescente de publicações, acompanhadas por seu fator de impacto *Journal Citation Reports* (JCR), que oferece um meio sistemático e objetivo de avaliar criticamente revistas mais importantes do mundo, utilizando informações quantificáveis e estatística com base em dados de citação.



Tabela 5 Total de publicações por periódico e fator de impacto JCR

Periódicos	Total de Publicações	Fator de Impacto JCR
Accounting, Auditing and Accountability Journal	3	0.88
British Accounting Review	3	-
International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation	3	0.14
Journal of Accounting and Economics	3	6.83
Abacus	2	0.48
Accounting in Europe	2	0.32
Accounting Perspectives	2	0.26
Accounting, Organizations and Society	2	2.51
Australian Accounting Review	2	0.71
Critical Perspectives on Accounting	2	1
Journal of Management and Governance	2	0.81
Accounting and Business Research	1	0.68
Accounting and Finance	1	0.55
Accounting Forum	1	0.61
Accounting Research Journal	1	0.26
Asian Journal of Business and Accounting	1	0.18
Advances in Public Interest Accounting	1	0.22
Australian Journal of Management	1	0.84
Business and Politics	1	0.38
Business Ethics	1	0.83
European Accounting Review	1	0.83
International Journal of Disclosure and Governance	1	0.16
Journal of Accounting and Public Policy	1	1.03
Journal of Accounting Research	1	5.73
Journal of Business Ethics	1	1.36
Revista Contabilidade & Finanças	1	-
Revista Contabilidade E Controladoria-RCC	1	-
Revista De Contabilidad-Spanish Accounting Review	1	-
Total:	43	-

Fonte: Dados extraídos do *software* EndNote versão X5.

O resultado demonstra que os quatro primeiros periódicos: (1) *Accounting, Auditing and Accountability Journal*; (2) *British Accounting Review*; (3) *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*; e (4) *Journal of Accounting and Economics*, publicaram três artigos (cada um) dos 43 analisados neste estudo. Além disso, dentre todos os periódicos (revistas ou *journal*) analisados, a *Journal of Accounting and Economics* possui o maior fator de impacto (6.83) avaliado pelo JCR.

4.2 Análise textual

Inicia-se esta sessão com a análise das palavras-chave mais utilizadas pelos autores em seus artigos. Identifica-se ao todo, 81 palavras-chave, sendo as 14 mais citadas demonstradas na Tabela 6. As 68 palavras-chave restantes, citadas uma única vez, não foram incluídas na tabela abaixo.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Tabela 6 Palavras-chave mais utilizadas

Palavras-Chave	Total de Utilizações
Lobbying	15
Accounting standards	5
Accounting regulation	4
IASB	4
Standard setting	4
Accounting	3
Economic consequences	3
Regulation	3
Accounting standard setting	2
Austrália	2
Earnings management	2
FASB	2
Politics	2

Fonte: Dados extraídos do software EndNote versão X5.

Dentre as 14 palavras-chave mais citadas, destacam-se “*Lobbying*” com 15 utilizações; seguidas de “*Accounting standards*” com 5 utilizações; e “*Accounting regulation*”; “*IASB*”; “*Standard setting*” com 4 utilizações (cada).

Em sequência, a Tabela 7, lista as metodologias mais abordadas nos 43 artigos e os respectivos documentos utilizados por cada um deles na execução do estudo.

Tabela 7 Metodologia e documento utilizado

Metodologia	Quantidade de Artigo	Documento Utilizado (segregado por artigo)
Análise de cartas comentários	19	(1) ASB; (2) SFAS 141 e 142; (3) Sarbanes-Oxley Act (SOX) de 2002; (4) IFRIC 13; (5) IFRS 3; (6) FRS 2 e FRS 5; (7) IFRS 8; (8) Opções de ações do FASB em 2004; (9) IFRS 2; (10) IFRS 4; (11) IFRS 6; (12) IAS 19; (13) IIRC 2011; (14) IFRS 16; (15) IFRS 8; (16) AcSB 2007; (17) ASB de 1995; (18) SEC - adoção IFRS; (19) Análise da forma de realizar lobbying
Aplicação de questionário	4	(1) IFRS 16; (2) ASB; (3) Questionário aplicado em 312 empresas de gestão de investimentos no Reino Unido; (4) Exame das divulgações s1013D
Análise de estudos anteriores	3	(1) Macro e Micro Manipulação - Contabilidade criativa na Espanha F.A.S 141 E 142; (2) Efeito da implementação das IFRS em geral; (3) Resumo de pesquisa empírica existente sobre o estabelecimento de normas.
Ensaio Teórico	2	(1) Sarbanes-Oxley Act de 2002 (SOX); (2) Associação da teoria dos jogos com o lobbying
Entrevista	2	(1) Código da Indústria de Minerais da Austrália; (2) Avisos executivo emitido pela BSEC
Estudo de caso	2	(1) Identificar as políticas de refinamento do PFI (Provate Finance Initiative) em um hospital; (2) Legislação promulgada em 1959 e 1960 (HPHA59 e BSA60), aplicadas às empresas de construção civil.
Análise da retórica	2	(1) Aperfeiçoamento da abordagem em Young (2003); (2) Revisão do estudo de Ramanna (2008)
Análise das declarações públicas das associações alemãs que realizaram lobbying contábil	1	Documentos parlamentares: protocolos de 25 de Set. e 17 de Dez. de 2008



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Análise das políticas econômicas do IASB	1	IAS 32 e IFRSs de forma geral
Análise de arquivos da Organização Mundial do Comércio (OMC)	1	Textos legais, decisões, relatórios, atas da OMC
Análise dos relatórios anuais para medir a adoção dos padrões contábeis	1	CICA Handbook secção de 3465 sobre o imposto de renda
Análise das influências na determinação da agenda de assuntos a serem colocados em exposição pelo FASB	1	Agenda da FASB
Análise dos dados sobre despesas de lobbying	1	Gastos de lobby das 390 empresas do Centro para o site Responsive Politics para durante o período de 1999-2000
Propõe um modelo de prestação de informações em regulação da contabilidade	1	Se baseiam na ideia de que um aspecto importante do lobbying é a transmissão de informação com credibilidade
Análise das alterações pelo IASB	1	Revisão das principais alterações feitas pelo IASB à sua plataforma estável de normas
Teste Empírico	1	Orientações da SEC e normas de auditoria.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de cartas comentários, com 19 utilizações, é predominância de metodologia utilizada nos estudos sobre *lobby/lobbying* na regulação contábil. Em seguida, têm-se a aplicação de questionário com 4 utilizações e a análise de estudos anteriores realizada em 3 artigos. Lindahl (1987) e Sutton (1984) afirmaram que esse pode ser considerado o método de *lobbying* mais eficiente, pois na medida em que os participantes de vários grupos de interesse e origens geográficas contribuem na consulta pública com o envio de *comments letters*, isso serve como forma de transferir informações; pode ser um veículo de *lobbying* perante o normatizador; além de sinalizar a legitimidade dos *boards*. Por sua vez, Georgiou (2004) afirma que essa maneira pode ser uma boa *proxy* global e alega que, mesmo se os interessados utilizarem outro método para fazer pressão junto aos reguladores, ainda assim, enviarão cartas comentários como forma de reforçar o seu posicionamento.

Nesta abundância de análise das cartas comentários, a IFRS foi o documento mais utilizado como metodologia, por 11 artigos (25,58%), dentre os quais, três deles analisaram o *lobbying* no processo normativos das IFRS de forma geral e o restante utilizaram IFRS específicas, sendo elas a IFRS 2, 3, 4 e 6, além das IFRS 8 e 16, utilizada por dois artigos, cada uma. Ademais, verificou-se que 21 artigos (48,84%) utilizaram pelo menos uma das fases de consulta pública, conforme Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 Fases de consulta pública utilizada

Fase de Consulta Pública	Quantidade
Discussion Paper (DP)	6
Exposure Draft (ED)	10
DP e ED	1
ED e RED (Revised Exposure Draft)	2

Fonte: Dados da pesquisa.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Diante do exposto, nota-se que a fase mais utilizada foi a *Exposure Draft* (ED) com 13 utilizações, sendo 3 realizadas em conjunto com as outras fases (DP e RED) e 10 apenas a fase ED. Dentre as pesquisas sobre a etapa mais provável de exercer influência junto ao normatizador, verifica-se que ainda não há um consenso quanto a etapa mais efetiva de sucesso de *lobbying* nas consultas públicas, visto que Sutton (1984) desenvolveu um modelo teórico de custo/benefício, com o objetivo de explicar quando um interessado (ou grupo de interesse) participaria do processo de *lobbying* junto à regulação contábil, predizendo que o momento mais efetivo para influenciar os normatizadores é o da etapa inicial (compreendida entre o DP e a ED). No entanto, Georgiou (2004) testou empiricamente as hipóteses desenvolvidas por Sutton no processo de regulação contábil do *Accounting Standard Board* (ASB), no período de 1991 a 1996, através de entrevistas e questionários, obtendo como resultado o oposto do que Sutton (1984) defendia, pois, as empresas não concentraram suas atividades de *lobbying* na etapa inicial de normatização, e sim, nas fases intermediárias de publicação de consulta (ED e RED).

Nessa mesma perspectiva, Tavares (2016) também diverge de Sutton no momento em que investigou a efetividade da etapa mais provável em exercer influência sobre o IASB e o FASB, obtendo como resultado que, a variável “tempo” influencia no sucesso de *lobbying* e que o momento intermediário e o momento final das consultas públicas são os mais propícios para influenciar os normatizadores contábeis (ED e RED).

No que tange a fundamentação teórica, constatou-se que 19 artigos (44,19%) utilizaram as seguintes teorias expostas na Tabela 9 para fundamentar suas pesquisas:

Tabela 9 Teorias utilizadas em ordem decrescente

Teorias	Quantidade
Teoria Institucional	4
Teoria da Agência	3
Teoria do Interesse Público	2
Teoria da Regulação Econômica	2
Teoria dos Jogos	1
Teoria dos jogos; Teoria do volante médio	1
Teoria dos Jogos; Teoria de captura; Teoria ideologia;	1
Teoria do interesse público da regulação	1
Teoria Positiva	1
Teoria Corporativista	1
Teoria da escolha racional no corporativo	1
Teoria Positiva; Teoria da Ideologia da Regulação	1
Teoria econômica (neo-clássica)	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que a Teoria Institucional foi a mais utilizada dentre os artigos, seguida da Teoria da Agência e das Teorias do Interesse Público e da Regulação Econômica. Os 24 artigos restantes que não fundamentaram seus estudos com teoria (55,81%), utilizaram uma revisão de estudos anteriores, referenciando, principalmente, os autores organizados na Tabela 10.

Tabela 10 Principais referências

Principais Referências Citadas	Total de Citações
Sutton, T.G., (1984)	18
Georgiou (2004) e Watts e Zimmerman (1986)	17
Larson R.K. (1997) e Watts e Zimmerman (1978)	16
Dechow P.M., Hutton, A.P., Sloan, R.G., (1996) e Zeff (2002)	12



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Beresford, (2001) e Francis, J.R., (1987)	11
McLeay S., D. Ordelheide and S. Young (2000) e Larson R.K. (2007)	10
Deakin, E. (1989); Tutticci et al. (1994); Georgiou (2002); Hill, N.T., Shelton, S.W., Stevens, K.T. (2002) e Tandy, P. R., and N. L. Wilburn (1996)	9
Puro, M. (1984); MacArthur (1988); Weetman, P., Davie, E. S., & Collins, W. (1996); Young (2003); Georgiou (2005) e Georgiou (2010)	8
Stigler, G. (1971); Kenny, S. Y., & Larson, R. K. (1993) e Zeff (2005)	7

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 10 ordena as 25 referências mais citadas entre os 43 artigos analisados. O estudo de Sutton (1984) destacou-se por ter sido referenciado em 18 artigos distintos. Em sequência, encontram-se as pesquisas de Georgiou (2004) e Watts & Zimmerman (1986), referenciadas por 17 artigos, cada uma delas. Vale destacar que existem autores citados várias vezes e por estudos distintos, tais como: Georgiou, Whatts e Zimmerman, Larson e Zeff.

Por fim, os resultados mais identificados entre as pesquisas são: (1) as grandes empresas tendem a realizar *lobbying* sobre uma regulação contábil com mais frequência, visando influenciar o normatizador para obter uma norma que atenda a seus interesses; (2) gastos de *lobbying* das empresas estão significativamente associados com os seus incentivos; (3) as atividades de *lobbying* dependem do efeito provável da regra proposta em suas demonstrações financeiras; (4) as forças políticas impactam diretamente os normatizadores; (5) a não participação nos processos estão relacionados com o custos de *lobbying* e a presença de outro usuário com os mesmos interesses;

Esses resultados estão de acordo com Olson (1965), quando prediz que as maiores empresas farão *lobbying* de forma mais eficaz, resultando em uma regulação que quase sempre as favorece. Por sua vez, os achados também concordam com Sutton (1984) quando o autor alega que os usuários possuem incentivos para participar ativamente em questões contábeis que estejam relacionadas aos seus interesses e que o lobista escolherá o método de *lobbying* com a melhor relação entre custo-benefício, pois a decisão em fazer ou não fazer *lobbying*, está relacionada com os potenciais benefícios percebidos pelos decisores, que apenas participarão do processo de normatização, caso os benefícios potenciais gerados com a sua participação excedam seus custos (Georgiou, 2004; Sutton, 1984; Tavares, 2016).

Além disso, o estudo de Moraes dos Santos & dos Santos (2014) também identificou que o grupo de interesse formado pelos preparadores de demonstrações financeiras do setor petrolífero (empresas privadas e associações de empresas), possui incentivos econômicos para realizar *lobbying* sobre determinada regulação contábil no sentido de defender seus interesses. Sendo, portanto, o *lobbying* efetivado, principalmente, pelas grandes empresas.

Também foram identificados outros pontos relevantes, porém mais específicos, tais como: (1) protestos políticos foram capazes de influenciar na o processo normativo contábil para PMEs; (2) além de determinantes econômicos, também pode haver fatores sociais que influenciam o comportamento de *lobby* das empresas; (3) os gestores eram mais propensos a fazer pressão no interesse dos seus acionistas em 2004; e (4) as empresas que são afetadas positivamente com a mudança da norma tendem a adotá-la mais cedo.

Quanto ao ponto (2) Riahu-Belkaoui (2004) atesta que a emissão de uma norma pode beneficiar e prejudicar os indivíduos, portanto, é uma escolha social, na qual força o normatizador a adotar um processo político a fim de chegar a um consenso que prejudique o menor número possível de indivíduos. Em relação ao ponto (3) os achados condizem com os estudos de Watts & Zimmerman (1978) que foram precursores no desenvolvimento de uma abordagem positiva com o intuito de explicar a determinação de padrões contábeis na perspectiva dos gerentes das



corporações, por estes estarem dispostos a gastar recursos tentando influenciar o processo de normatização contábil.

5. Considerações Finais

O objetivo geral deste estudo foi analisar o nível de consonância das pesquisas científicas sobre a atividade de *lobbying* na regulação contábil, no período de 2002 a 2015, dentro dos principais periódicos internacionais. Para isso, utilizou-se o *software* EndNote versão X5 na exportação do universo amostral e uma planilha em *Excel* para a estratificação da amostra utilizada, com 43 artigos.

Os resultados foram identificados a partir da leitura completa dos artigos e segregação em duas categorias. A primeira trata de uma análise geral, com as seguintes conclusões: O maior número de publicações foram realizadas em 2015 com um total de 6 artigos (13,95%); o Reino Unido é o país com maior quantidade de publicação sobre o tema, com 11 artigos publicados (25,58%); o autor Georgiou, G. lidera o *ranking* com 3 publicações no Reino Unido, nos anos de 2004, 2005 e 2010; e, a *Journal of Accounting and Economics* possui o maior fator de impacto (6.83), avaliado pelo JCR, e está entre os 4 periódicos com mais publicações da amostra.

A segunda categoria trata da análise textual, com os seguintes resultados: A palavra-chave mais utilizadas foi “*Lobbying*”, com 15 utilizações; a metodologia mais utilizada foi a análise de cartas comentários em 19 artigos; dos documentos mais utilizados na metodologia, a análise de IFRS liderou o ranking sendo utilizada em 11 artigos; a fase de consulta pública mais utilizada foi a *Exposure Draft* (ED) com 13 utilizações; o estudo de Sutton (1984) destacou-se por ter sido referenciado em 18 artigos distintos; e os cinco principais resultados são: (1) as grandes empresas tendem a realizar *lobbying* sobre uma regulação contábil com maior frequência, visando influenciar o normatizador para obter uma norma que atenda a seus interesses; (2) gastos de *lobbying* das empresas estão significativamente associados com os seus incentivos; (3) as atividades de *lobbying* dependem do efeito provável da regra proposta em suas demonstrações financeiras; (4) as forças políticas impactam diretamente os normatizadores; (5) a não participação nos processos estão relacionados com os custos de *lobbying* e a presença de outro usuário com os mesmos interesses.

Diante do resultado evidenciado nesta pesquisa, sugere-se que sejam elaborados mais estudos que tratem do *lobbying* na contabilidade, ressaltando o poder de influência dos mais variados grupos, para com a regulação contábil.

Referências

- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução história e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11–32. <https://doi.org/10.19132/1808-5245121>.
- Baldwin, R., Cave, M., & Lodge, M. (2012). *Understanding Regulation* (Second Edi). Nwe York: Oxford University Press.
- Becker, G. S. (1983). A theory of competition among pressure grupos for political influence. *The Quarterly Journal of Economics*, XCIII(3), 371–400.
- Bushman, R., & Landsman, W. R. (2010). The pros and cons of regulating corporate reporting: A critical review of the arguments. *Accounting and Business Research*, 40(3), 259–273. <https://doi.org/10.1080/00014788.2010.9663400>
- Cardoso, R. L., Pereira, C. A., & Guerrero, R. (2004). A produção acadêmica em custos no âmbito do EnANPAD: uma análise de 1998 a 2003. In *Encontro Anual da EnANPAD*. Curitiba: EnANPAD.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

- Cardoso, R. L., Saravia, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 773–799. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000400003>
- Carmo, C. H. S. (2014). *Lobbying na regulação contábil internacional: uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receitas*. Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.12.2014.tde-14072014-185506>
- Carmo, C., Ribeiro, A., & Carvalho, L. (2016). Lobbying Na Regulação Contábil: Desenvolvimentos Teóricos E Pesquisas Empíricas. *Revista Universo Contábil*, 59–79. <https://doi.org/10.4270/ruc.2016214>
- Carmo, C. H. S. Do, Ribeiro, A. M., Carvalho, L. N. G. De, & Sasso, R. D. C. (2012). Regulação Contábil Internacional, Interesse Público Ou Grupos De Interesse? Um Teste Empírico. *XXXVI Encontro Da Anpad*, 1–16.
- Durocher, S., Fortin, A., & Côté, L. (2007). Users' participation in the accounting standard-setting process: A theory-building study. *Accounting, Organizations and Society*, 32(1–2), 33–63. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.004>
- Ferenhof, H. A., & Fernandes, R. F. (2016). Passo-a-passo para construção da Revisão Sistemática e Bibliometria Utilizando a ferramenta Endnote. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3296.2960>
- Fiani, R. (1998). Teoria da Regulação Econômica: Estado Atual e Perspectivas Futuras. *Rio de Janeiro: IE/UFRJ*, 1–33.
- Georgiou, G. (2004). Corporate Lobbying on Accounting Standards: Methods, Timing and Perceived Effectiveness. *Abacus*, 40(2), 219–237. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2004.00152.x>
- Hansen, T. B. (2011). Lobbying of the IASB: An Empirical Investigation. *Journal of International Accounting Research*, 10(2), 57–75. <https://doi.org/10.2308/jiar-10078>
- Hülle, J., Kaspar, R., & Möller, K. (2011). Multiple Criteria Decision-Making in Management Accounting and Control-State of the Art and Research Perspectives Based on a Bibliometric Study. *Journal of Multi-Criteria Decision Analysis*, 5, 79–110. <https://doi.org/10.1002/mcda>
- Ikuno, L. M., & Niyama, J. K. (2015). Uma Análise Epistemológica das Pesquisas em Contabilidade Internacional: Um Estudo Em Periódicos Internacionais De Língua Inglesa. *Revista Ambiente Contábil*, 7(1), 109–131.
- Kothari, S. P., Ramanna, K., & Skinner, D. J. (2010). Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 287–295. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.006>
- Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 533–554. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000200011>
- Leuz, C., & Wysocki, P. (2008). Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: A review and suggestions for future research. *The CPA Journal*, 79(10), 24. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1105398>
- Lindahl, F. W. (1987). Accounting standards and Olson's theory of collective action. *Journal of*



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

- Accounting and Public Policy*, 6(1), 59–72. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(87\)90005-6](https://doi.org/10.1016/0278-4254(87)90005-6)
- Lodi, J. B. (1986). *Lobby, os grupos de pressão*. (Biblioteca Pioneira, Ed.) (1ª). São Paulo: Biblioteca Pioneira.
- Morais dos Santos, O., & dos Santos, A. (2014). Lobbying na Regulação Contábil: Evidências do Setor Petrolífero. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 124–144. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200004>
- Nascimento, A. R. do, Santos, A. dos, Salotti, B. M., & Murcia, F. D.-R. (2009). Disclosure social e ambiental: Análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(1), 15–40. Retrieved from <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/572>
- Olson, M. (1965). *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. (H. E. Studies, Ed.), *Public goods and the theory of groups* (Volume CXX). Londres: Harvard University Press. https://doi.org/10.1007/978-3-319-20451-2_32
- Ordelheide, D. (2004). The Politics of Accounting: A Framework. In *The Economics and Politics of Accounting: International Perspectives on Trends, Policy, and Practice* (pp. 269–284). Oxford: Oxford University. <https://doi.org/10.1093/0199260621.003.0011>
- Peltzman, S. (1976). Toward a More General Theory of Regulation. *The Journal of Law and Economics*, 19(2), 211–240. <https://doi.org/10.1086/466865>
- Pigou, A. C. (1932). *The Economics of Welfare*. (Macmillan, Ed.), *Macmillan* (4th ed.). London: Macmillan. <https://doi.org/10.1093/library/s5-XVII.3.238>
- Posner, R. A. (1974). Theories of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 5(2), 335–358. <https://doi.org/10.2307/3003113>
- Prather-Kinsey, J. J., & Rueschhoff, N. G. (2004). An Analysis of International Accounting Research in U.S.- and Non-U.S.-Based Academic Accounting Journals. *Journal of International Accounting Research*, 3(1), 63–81.
- Riahu-Belkaoui, A. (2004). *Accounting Theory* (Fifth Edit). Chicago: Thomson Learning.
- Roza, M. C. da, Machado, D. G., & Quintana, A. C. (2011). Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no encontro de administração pública e governança e na revista de administração pública, no período 2004-2009, 59–72.
- Schaltegger, S., Gibassier, D., & Zvezdov, D. (2013). Is environmental management accounting a discipline? A bibliometric literature review. *Meditari Accountancy Research*, 21(1), 4–31. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2012-0039>
- Schmitz, T., Dos Santos, V., Dallabona, L. F., Truppel, E. K., & Truppel, L. (2013). Perícia Contábil: Análise Bibliométrica e Sociométrica em Periódicos e Congressos Nacionais no Período de 2007 a 2011. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil – CRCSC*, 12(37), 64–79. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v12n37p64-79> PERÍCIA
- Silva, D. M. da, Tavares, M. F. N., Anjos, L. C. M. dos, Lopes, C. C. V. de M., & Silva, W. B. da. (2015, July). Lobby Brasileiro: Análise do Perfil das Empresas que enviaram Comment Letters ao IASB. *XII Congresso USP Iniciação Científica Em Contabilidade*. São Paulo.
- Splitter, K. (2012, July). Genealogia Dos Trabalhos Bibliométricos Em Contabilidade. *12º Congresso USP de Controladoria E Contabilidade*, pp. 1–16. São Paulo. Retrieved from



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos122012/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=682&titulo=GENEALOGIA+DOS+TRABALHOS+BIBLIOM%C9TRICOS+EM+CONTABILIDADE

- Stigler, G. J. (1971). The Theory of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economic and Management Science*, 2(1), 3–21. <https://doi.org/10.2307/3003160>
- Sutton, T. G. (1984). Lobbying of Accounting Standards-Setting Bodies in the U.K. and the U.S.A.: A Downsian Analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 9(1), 81–95.
- Tague-Sutcliffe, J. (1992). An introduction to infometrics. *Information Processing & Management*, 28(1), 1–3.
- Tavares, M. F. N. (2016, April). *Fatores Determinantes do Sucesso de Lobbying na Norma de Receitas: análise das etapas mais prováveis de influência sobre os Boards*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21298>
- Tavares, M. F. N., Marques dos Anjos, L. C., & Paulo, E. (2014). Contribuições enviadas ao IASB/FASB referentes à Revisão do Draft de Reconhecimento de Receitas. *Contextus Revista Contemporânea de Economia E Gestão*, 12(3), 35–63.
- Uysal, Ö. Ö. (2010). Business ethics research with an accounting focus: A bibliometric analysis from 1988 to 2007. *Journal of Business Ethics*, 93(1), 137–160. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0187-9>
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112–134.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. (P. Hall, Ed.) (1^a). Prentice Hall.
- Zeff, S. A. (2002). “Political” Lobbying on Proposed Standards: A Challenge to the IASB. *Accounting Horizons*, 16(1), 43–54. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.2308/acch.2002.16.1.43>
- Zerk, J. A. (2006). *Multinationals and Corporate Social Responsibility*. New York: Cambridge University Press.